

UMA APOSTA PROVISORIAMENTE PERDIDA

Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, de *Glauco Arbix*. São Paulo: Scritta, 1996.

Paul Singer

Este livro, originalmente tese de doutoramento em sociologia, é um dos poucos e valiosos estudos da economia política brasileira dos anos mais recentes. O curso da história econômica e política do país vai sendo registrado superficialmente pela mídia diária e, na melhor das hipóteses, parcamente analisado e refletido em publicações acadêmicas ou profissionais. Os acontecimentos tornam-se conhecidos de forma parcial e frequentemente distorcida, omitindo-se o essencial e o mais significativo, e sua conexão, o mais das vezes, permanece oculta mesmo aos olhos do público interessado e mais bem-formado. A contribuição da pesquisa acadêmica para um melhor entendimento do que se passa em nossa economia e em nossa política pode, por isso, ser essencial, e o estudo de Glauco Arbix é uma clara demonstração disso.

Em *Uma aposta no futuro*, o autor combina três fios distintos de eventos históricos: a crise e a transformação da indústria automobilística em âmbito mundial, com suas repercussões no Brasil; o desenvolvimento de formas participativas na negociação, formulação e implementação de políticas econômicas, sobretudo na Europa, conceituado como *neocorporativismo* por diversos cientistas políticos; e finalmente a experiência recente das câmaras setoriais brasileiras, na qual ressalta a da indústria automobilística, em função dos acordos fechados entre governos, setores industriais e sindi-

catos de trabalhadores, que lograram excelentes resultados. Esta abordagem enriquece extraordinariamente a compreensão não apenas do que aconteceu no curto período de 1992-94, mas também do que vem atualmente ocorrendo com este e outros ramos da indústria brasileira e seus trabalhadores, organizados sindicalmente e não obstante vitimados por crescente desemprego.

Este trançado de diversos fios, conceituais e históricos, é que permite a Arbix colocar em perspectiva temporal e espacial os episódios político-econômicos que se propôs a estudar. O assim chamado *neocorporativismo* foi desenvolvido por governos social-democratas em países europeus, obtendo mais êxito em nações pequenas e com forte unidade sindical. Estes governos, sobretudo nos anos 70, pretendiam enfrentar a crise de estagnação, que então atingia todo o Primeiro Mundo, mediante uma negociação macropolítica dos principais conflitos distributivos, de modo a transformar uma disputa de resultado zero (ganhos salariais imediatamente repassados aos preços, provocando novas reivindicações de ajuste salariais) numa série de acordos visando preservar simultaneamente a estabilidade dos preços, a competitividade externa da produção nacional, o nível de emprego e a lucratividade das empresas.

A única maneira de conseguir isso era abrir canais multilaterais de negociação, em que os representantes dos setores organizados das classes sociais pudessem disputar e concertar, sob coordenação e arbitragem dos representantes do Estado. De uma ou outra forma, o *neocorporativismo* foi tentado em quase todas as democracias capitalistas, registrando êxitos indiscutíveis ao lado de malogros repetidos. Neste sentido, o título do livro de Arbix é muito feliz: a abertura de um foro de negociação é sempre uma *aposta* de resultado incerto. Importa registrar também que este foi um dos casos em que a prática claramente precedeu a teoria. A teoria literal não pressupõe a

necessidade de concertação social de qualquer espécie porque a política econômica não deve interferir no "veredicto do mercado", limitando-se a administrar a oferta de moeda e crédito de modo a conter a demanda efetiva dentro dos limites da oferta de bens e serviços, reprimindo assim pressões por elevação de salários, de preços ou do câmbio. E a teoria keynesiana imaginava o Estado capaz de fazer política anticíclica como uma unidade política abstrata, pairando acima dos interesses seccionais ou de classe. O Estado como árbitro de conflitos e indutor de pactos interclasses surgiu das contradições enfrentadas por governos eleitos pelas classes trabalhadoras e comprometidos com elas, em situações de crise que não poderiam resolver atuando isoladamente.

Do mesmo modo, as câmaras setoriais surgiram no Brasil como experimentos práticos antes que qualquer concepção teórica fosse elaborada. Na realidade, o modelo foi de certo modo reinventado em nosso país quando Tancredo Neves foi eleito para a Presidência em 1985 e se defrontou com uma crise que era ao mesmo tempo de endividamento externo e inflacionária. Já parecia claro então, para alguns de nós, que o nó da crise estava menos no torniquete cambial que no conjunto de conflitos distributivos, que se entrecruzavam e se alimentavam reciprocamente, à medida que a inflação atingia níveis inacreditáveis e os reajustamentos monetários se tornavam o principal instrumento de defesa e ataque dos interesses fracionais de classe. Daí surgiu a inelutável conclusão: ou se reprimiam os conflitos mediante políticas ortodoxas recessivas ou se procuravam saídas institucionais novas em que os conflitos pudessem ser travados e resolvidos de forma deliberadamente não-inflacionária.

Tancredo, ao que tudo indica, tinha optado pela via ortodoxa, e só o seu falecimento inesperado e extemporâneo, que trouxe ao poder o vice-presidente José Sarney, abriu novas e impensadas possibilidades. Creio que, com Tancredo na chefia do governo, não teria havido Plano Cruzado e nem câmaras setoriais. Sarney, necessitando consolidar suas recém-adquiridas credenciais de democrata, ousou o primeiro experimento heterodoxo de estabilização (é verdade que atrás do Plano Austral, mas ainda assim notável), e após o fracasso do mesmo e do seu sucedâneo (o Plano Bresser) tentou canhestramente apostar numa versão cabocla de *neocorporatismo*, certamente sem nunca ter ouvido falar deste conceito. Em 1988, num momento de exacerbação inflacioná-

ria, instalaram-se câmaras setoriais (sem participação dos sindicatos de trabalhadores) na tentativa de estancar as espirais de preços/custos ao longo das cadeias produtivas.

A respeito não só deste episódio como do significado das câmaras, divirjo de Glauco Arbix. Para ele, as câmaras setoriais foram desvirtuadas pelo então ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, que teria passado "a utilizar as câmaras como mecanismos voltados ao controle dos preços [...]". Nesta versão, tiveram vida breve. Funcionaram como canais de pressão dos empresários sobre o Estado, compactuaram com a indexação dos preços e, por essa via, acabaram fracassando também como mecanismo de controle inflacionário" (pp. 62-63). Na realidade, a convocação das câmaras resultou mais de iniciativa de entidades empresariais do que do ministro da Fazenda, que já estava em segredo preparando novo congelamento. Os empresários envolvidos sentiram-se traídos, com razão, quando o Plano Verão foi anunciado em janeiro de 1989. A tentativa de conter e depois reduzir a inflação mediante acordos setoriais, negociados em câmaras, é literalmente o oposto das tentativas de reprimir a inflação por decreto...

Para Glauco Arbix, as câmaras ou negociam políticas industriais estratégicas ou são usadas pelo governo para assessorá-lo "no gerenciamento de preços" (p. 63). Na primeira função, as câmaras são importante inovação institucional de democratização da vida econômica. Na segunda, inviabilizam-se: "... é muito difícil que as câmaras permaneçam setoriais, vocacionadas portanto para a elaboração e implementação de políticas industriais e, ao mesmo tempo, consigam fazer a macrorregulação da economia, o controle dos preços e da inflação" (p. 172).

Nosso autor esquece que, em face da crise inflacionária, entre 1988 e 1994, quando os preços subiam a milhares por cento a cada ano, a principal motivação para convocar câmaras setoriais não podia deixar de ser a sua contribuição à luta contra o descalabro inflacionário. Como ele mesmo registra, o retorno das câmaras em 1991 amparava-se na Lei 8.178, "que estabelecia a sua constituição como organismos voltados para a análise de custos e preços em cadeias produtivas, de modo a assessorar o ministro da Economia" (p. 65). E a proposta do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva, para a câmara da indústria automobilística foi registrada pela imprensa sindical como "uma alternativa de combate à inflação,

mais democrática e ainda não tentada no Brasil" (p. 65). Os próprios acordos celebrados nesta câmara setorial tinham por objetivo *reduzir o preço dos veículos*, o que constituía ao mesmo tempo um meio de expandir a demanda, e deste modo solucionar a crise do setor, e uma forma de luta contra a inflação, sobretudo se fossem fechados nas demais câmaras acordos análogos, o que foi tentado com graus variados de sucesso.

Glauco Arbix tem toda razão quando lembra que acordos em câmaras setoriais não bastariam para conter a enorme pressão inflacionária daqueles anos. Como ele nota, uma política de estabilização baseada num disciplinamento dos conflitos distributivos mediante concertação entre classes e frações de classe exigiria "a constituição de uma supercâmara que, obrigatoriamente, estaria situada acima da discussão dos complexos industriais setoriais" (p. 172). Este não é o lugar para entrar a fundo no detalhamento desta "alternativa democrática de combate à inflação". Basta indicar que ela pressupõe a vontade política do governo federal em abrir mão das formas tradicionais da política econômica, formuladas em pequenos gabinetes, sem qualquer participação da sociedade civil organizada, para submetê-la ao escrutínio e à negociação dos representantes de empresários, trabalhadores e consumidores. Havendo esta vontade, câmaras setoriais podem desempenhar funções essenciais tanto como controladoras de preços e salários quanto como formuladoras de políticas industriais e elaboradoras de contratos coletivos de trabalho coordenados em cada cadeia produtiva.

Convém notar que os experimentos mais bem-sucedidos de *neocorporativismo* alcançaram dimensões macro e mesoeconômicas, servindo tanto para superar a estagflação quanto para coordenar programas de renovação setoriais. Não há portanto razão alguma para limitar a atuação das câmaras ao nível mesoeconômico, à negociação de políticas industriais. É claro, e a análise de Arbix o ilustra bem, que nenhum dos governos brasileiros que se envolveram com câmaras setoriais se propôs a abrir mão do direito de fazer política econômica unilateralmente, sem consultar os agentes econômicos coletivos nem, muito menos, negociar com eles. Por isso só toleraram as câmaras setoriais quando o fracasso dos planos de estabilização os tinha enfraquecido consideravelmente e quando os acordos não ultrapassaram os limites setoriais. E quando o Plano Real, a partir de julho de 1994, logrou enfim reduzir drástica-

mente a inflação de forma mais ou menos perene, as câmaras setoriais foram inteiramente descartadas pelo governo federal.

A divergência sobre o papel potencial das câmaras setoriais não me impede de reconhecer os méritos indiscutíveis da investigação de Glauco Arbix. A ampla tomada de depoimentos dos participantes do processo permitiu desvendar as estratégias de cada parte, os muitos impasses criados e com enorme esforço superados, as motivações dos governos federal e estaduais, das entidades empresariais, dos sindicatos de trabalhadores e suas centrais e de partidos políticos. Particularmente esclarecedora é a análise da evolução, em face do desafio representado pelas câmaras setoriais, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, da CUT e do PT. *Uma aposta no futuro* lança luz sobre um processo inovador de pactação, cujos resultados positivos o tornam um modelo que continua presente, mesmo quando sua prática foi momentaneamente abandonada.

Hoje a inflação está caindo ao patamar de um dígito ao ano, sem o uso de controle de preços ou de concertação social em qualquer nível. Infelizmente, isso não quer dizer que a inflação desapareceu do horizonte de possibilidades. A política econômica introduzida com o Plano Real continua dependendo de importação livre, com taxa de câmbio valorizada para impedir que o crescimento dos preços se acelere. A sobrevalorização cambial torna o país dependente da entrada e permanência de um volume crescente de capitais, a maioria de caráter especulativo. O que implica restringir a demanda efetiva e o ritmo de crescimento e manter elevadas as taxas de desemprego e de exclusão social. A proposta das câmaras setoriais e, de forma mais geral, de controle social dos conflitos distributivos mediante concertação social continua sendo praticamente a única alternativa teoricamente consistente e com alguma experimentação prática em diferentes países à política econômica liberal hoje prevalecente no Brasil e na maioria dos outros países. Decorrem daí a importância e a atualidade do livro de Glauco Arbix, que muito possivelmente e em pouco tempo será considerado um clássico no campo da economia política heterodoxa.

Paul Singer é professor da Faculdade de Economia e Administração da USP. Já publicou nesta revista "Perspectivas de desenvolvimento da América Latina", nº 44.